

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

199 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 11 a 15/3/2024

1. SESSÃO PLENÁRIA DO PARLAMENTO EUROPEU	1
Médio-Oriente - Israel e Gaza	1
Votação da Lei sobre Inteligência artificial	1
Debate sobre o Conselho Europeu de 21-22 de março	1
Votação da lei para proteger jornalistas e liberdade de imprensa	2
Outros debates e resoluções	3
2. PE PROCESSA COMISSÃO EUROPEIA: HUNGRIA	3
3. ORGANISMO DE ÉTICA DA UE	3
4. ALARGAMENTO - BÓSNIA-HERZEGOVINA, UCRÂNIA E MOLDÁVIA	4
5. ELEIÇÕES EUROPEIAS - PROJEÇÕES E ANÁLISES	5
6. COMISSÃO EUROPEIA - MIGRAÇÃO E ASILO	7
7. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	7
Eurogrupo	7
Conselho Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores	7
Conselho de Assuntos Económicos e Financeiros	8
8. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	8
Parlamento Europeu	8
Comissão Europeia	8
Conselho da União Europeia	8
Cooperação interparlamentar	8

1. SESSÃO PLENÁRIA DO PARLAMENTO EUROPEU¹

Realizou-se esta semana, a [sessão plenária do Parlamento Europeu \(PE\)](#), em Estrasburgo, destacando-se:

Médio-Oriente - Israel e Gaza

O PE adotou uma resolução aprovada (372 votos a favor, 44 votos contra e 120 abstenções) **apelando a Israel para que autorize e facilite imediatamente a entrega total de ajuda a Gaza**, através de todos os pontos de passagem existentes. Também apontam a necessidade urgente de um acesso humanitário rápido, seguro e sem entraves. Os Deputados reiteram o seu apelo a um **cessar-fogo imediato e permanente** para resolver o risco iminente de fome generalizada em Gaza e pedem a libertação imediata e incondicional de todos os reféns. O [Comitê Internacional da Cruz Vermelha](#) deve ter acesso imediato a todos os reféns israelenses mantidos em Gaza para fornecer-lhes cuidados médicos. O detalhe está disponível [aqui](#) e a resolução alerta para a situação desesperada de insegurança alimentar e risco iminente de fome em Gaza, instando Israel a abrir os pontos de passagem de Rafah, Kerem Shalom, Karmi e Erez.

Votação da Lei sobre Inteligência artificial

Como temos dado nota em [Sínteses](#) anteriores, foi **aprovado o Regulamento sobre Inteligência Artificial (IA) acordado nas negociações com os Estados-Membros em dezembro** de 2023, e que visa proteger os direitos fundamentais, a democracia, o Estado de direito e a sustentabilidade ambiental contra a IA de alto risco, promovendo simultaneamente a inovação e tornando a Europa líder neste domínio. O regulamento estabelece obrigações para a IA com base nos seus potenciais riscos e nível de impacto.

O texto está disponível [aqui](#) e ainda tem de ser formalmente aprovada pelo Conselho. Entrará em vigor 20 dias depois da sua publicação no Jornal Oficial. Será plenamente aplicável 24 meses após entrar em vigor, exceto no que diz respeito: às práticas proibidas, cujas restrições serão aplicáveis seis meses após a data de entrada em vigor; aos códigos de conduta (nove meses após a entrada em vigor); às regras para a IA de uso geral, incluindo a governação (12 meses após a entrada em vigor); às obrigações para os sistemas de alto risco (36 meses).

Durante o debate, o relator da Comissão do Mercado Interno, [Brando Benifei](#) (S&D, Itália), declarou: «*Graças ao Parlamento, as práticas inaceitáveis de IA serão proibidas na Europa e os direitos dos trabalhadores e dos cidadãos serão protegidos. O Gabinete de Inteligência Artificial será agora criado para ajudar as empresas a começarem a cumprir as regras antes de entrarem em vigor. Garantimos que os seres humanos e os valores europeus estão no centro do desenvolvimento da IA*». O relator da Comissão das Liberdades Cívicas, [Dragos Tudorache](#) (Renew, Roménia), declarou: «*há muito trabalho pela frente que vai além do próprio Ato de Inteligência Artificial. A IA levar-nos-á a repensar o contrato social no centro das nossas democracias, dos nossos modelos educativos, dos mercados de trabalho e da forma como conduzimos a guerra. A Lei da IA é um ponto de partida para um novo modelo de governação (...)*». O detalhe está disponível [aqui](#).

Debate sobre o Conselho Europeu de 21-22 de março

No âmbito do Conselho Europeu que se realizará na próxima semana (detalhe [aqui](#) e agenda [aqui](#)), teve lugar um debate preparatório com a Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, e com a Presidência belga do Conselho. O debate está disponível [aqui](#) e versou sobre os principais temas na agenda do Conselho; Ucrânia; Segurança e defesa, Médio Oriente e agricultura.

Em nome do Conselho, a Ministra dos Negócios Estrangeiros e dos Assuntos Europeus, [Hadja LAHBIB](#), apresentou a agenda do Conselho Europeu, centrando-se nos seguintes pontos:

- **Ucrânia:** apelou ao reforço do apoio militar, em especial no que respeita aos mísseis e às munições, através do apoio bilateral dos Estados-Membros ao Mecanismo Europeu de Apoio à Paz.

¹Fonte: serviço de imprensa do PE.

- **Segurança e defesa:** louvou os atuais esforços da UE para assumir as suas próprias responsabilidades neste domínio, em complemento da NATO.
- **Médio Oriente:** chamou a atenção para a "tragédia humanitária" em curso em Gaza, apelando a uma pausa humanitária imediata que conduza a um cessar-fogo sustentável, à libertação dos reféns e à distribuição sem entraves da ajuda.

Referiu que os líderes da UE se juntarão ao Secretário-Geral da ONU, António Guterres, durante o almoço para debater a situação geopolítica e celebrar o 30.º aniversário do Espaço Económico Europeu com os Primeiros-Ministros da Islândia, do Liechtenstein e da Noruega. Mencionou ainda que, embora não constasse formalmente da ordem de trabalhos, as reformas da UE seriam debatidas pelos dirigentes no âmbito do ponto da ordem de trabalhos relativo ao alargamento.

Em nome da Comissão, a Presidente von der Leyen (discurso integral [aqui](#)), centrou-se essencialmente na situação em Gaza, elogiando o corredor marítimo que acaba de ser criado a partir de Chipre face à "catástrofe humanitária" em curso, graças à cooperação UE-EUA-Reino. Reiterou que UE vai igualmente conceder à agência [UNRWA](#) 50 milhões de euros para facilitar a distribuição da ajuda no terreno, depois de ter obtido garantias das recentes investigações da ONU e de investigações independentes. Além disso, reiterou a necessidade de uma "pausa humanitária imediata que conduza a um cessar-fogo sustentável", considerando que, embora Israel tenha o direito de se defender, a proteção dos civis deve ser assegurada a todo o momento, em conformidade com o direito internacional. Alertou também para o risco de uma escalada e declarou-se disposta a adotar sanções adicionais contra o Irão (a que se referiu como "patrono do Hamas") caso este país apoie ainda mais os *houtis* e forneça mísseis balísticos à Rússia.

Finalmente, e no que respeita ao alargamento, anunciou que a Comissão recomendaria ao Conselho Europeu a abertura de negociações de adesão com a Bósnia-Herzegovina. A Bósnia-Herzegovina fez mais progressos no último ano (depois de lhe ter sido concedido o estatuto de candidato) do que em toda a década anterior.

Ainda sobre o Conselho Europeu, importa dar nota de que na quarta-feira, 13 de março, a Presidência belga do Conselho da União Europeia anunciou que a UE-27 tinha chegado **a acordo sobre o "Mecanismo de Assistência à Ucrânia" (EPF)**, no valor com um orçamento de 5 mil milhões de euros para 2024.



O compromisso alcançado permite que os montantes já acordados para um Estado-Membro no âmbito do EPF fossem deduzidos do total da sua contribuição, algo que era exigido pela Alemanha (detalhe [aqui](#)). Além disso, uma parte dos fundos seria reservada para aquisições conjuntas da indústria europeia. O acordo deverá também permitir que o fundo seja utilizado para ajudar a financiar a iniciativa (promovida pela República Checa) de comprar munições de artilharia a países fora da Europa. Este acordo deve ser endossado pelo Conselho Europeu da próxima semana, de acordo com o projeto de conclusões, que pode ser consultado [aqui](#)².

Finalmente, importa ainda dar nota de que o Chanceler alemão Olaf Scholz convidou o Presidente francês Emmanuel Macron e o primeiro-ministro polaco, Donald Tusk, para um encontro em Berlim, no final da semana, para debater o futuro do apoio à Ucrânia (notícia [aqui](#)). Trata-se de uma reedição do formato que diplomaticamente ficou conhecido como o **triângulo de Weimar** (detalhe [aqui](#)) e, em antecipação desta Cimeira, o Presidente francês referiu-se à Rússia como uma "ameaça existencial" (declarações [aqui](#)).

Votação da [lei para proteger jornalistas e liberdade de imprensa](#)

O PE aprovou a nova legislação **para proteger os jornalistas e os media da UE** contra interferências políticas ou económicas, sendo de destacar a proibição do uso de software espião contra jornalistas, exceto em casos estritamente definidos, a obrigatoriedade de que todos os meios de comunicação social terão de divulgar

² Cortesia da Agence Europe.

informações sobre os seus proprietários, e a criação de um mecanismo para impedir que as plataformas online de muito grande dimensão restrinjam arbitrariamente a liberdade de imprensa. O detalhe está [aqui](#) e o texto aprovado [aqui](#).

Outros debates e resoluções

- [Migração legal: Novas regras para a autorização única de residência e trabalho](#)
- Discurso do [Primeiro-Ministro finlandês](#), Petteri ORPO
- [Reforço da Agência Europeia de Segurança Marítima](#) (Lisboa)
- [Novas regras para reprimir a evasão e a violação das sanções da UE](#)
- [Governança Económica](#): investimentos prudentes e reforma das economias
- [PE não irá observar as eleições Presidenciais russas](#)
- Comércio: extensão das medidas de apoio à Ucrânia e Moldávia

2. PE PROCESSA COMISSÃO EUROPEIA: HUNGRIA

O Parlamento Europeu **vai apresentar uma queixa contra a Comissão Europeia no Tribunal de Justiça da UE por causa da decisão de autorizar o pagamento de 10,2 mil milhões de euros à Hungria** no âmbito da política de coesão, tomada em dezembro passado (detalhe [aqui](#)). A Comissão dos Assuntos Jurídicos do PE aprovou um parecer em que recomenda processar a Comissão Europeia por aquilo que considera ter sido uma violação da sua obrigação de proteger o dinheiro dos contribuintes contra o uso indevido. A Conferência de Presidentes confirmou a decisão e a Presidente Roberta Metsola informou os líderes dos grupos políticos de que, nos termos do n.º 3 do artigo 149.º do Regimento, dará instruções ao Serviço Jurídico para preparar o processo judicial. O Serviço Jurídico informou os líderes dos grupos políticos de que a ação deve ser apresentada até 25 de março e que um acórdão demorará provavelmente vários meses.

3. ORGANISMO DE ÉTICA DA UE

Esta semana foi importante para o progresso nas **negociações sobre a criação de um [organismo interinstitucional de ética](#)**, conforme proposto pela Comissão Europeia em junho de 2023, com o objetivo de continuar a alinhar as normas e regras das instituições e promover uma compreensão mútua do comportamento ético que se espera dos membros das instituições e organismos da União Europeia.

No âmbito das negociações que decorrem desde 7 de julho de 2023, regista-se a convergência entre os participantes sobre a maior parte das disposições do projeto de acordo, ainda que tenham subsistido algumas questões que causaram divisão, nomeadamente as tarefas do futuro Organismo e dos seus peritos independentes, bem como alguns elementos da sua composição, conduziram a uma divisão os que defendem um organismo que defina as normas gerais (nomeadamente o Conselho), e as instituições que pretendem alargar as suas tarefas (o PE, nomeadamente).

Em relação à proposta original da Comissão, o atual projeto de texto alarga as funções dos peritos independentes, permitindo que as partes os consultem diretamente para obter um parecer confidencial e não vinculativo sobre a conformidade de qualquer declaração individual de um dos seus próprios membros com as normas mínimas comuns. A revisão e o eventual alargamento destas tarefas são especificamente mencionados na cláusula de revisão do Acordo. Além disso, em conformidade com a posição do Conselho, o texto não inclui quaisquer referências aos membros do Conselho e exclui do âmbito de aplicação do Acordo os representantes a nível ministerial do Estado-Membro que exerce a Presidência do Conselho (artigo 2.º). No entanto, a maioria das outras partes concorda que os Estados-Membros devem apresentar garantias no que respeita às suas regras nacionais e um compromisso formal relativamente ao futuro organismo. Na sua opinião, esse compromisso deveria ser parte integrante do "*pacote político*" do Acordo Interinstitucional.

A posição do Conselho prevê a possibilidade de os Estados-Membros decidirem voluntariamente disponibilizar ao público, no sítio Web do Organismo, durante o seu mandato como Presidência do Conselho da União Europeia e nos seis meses anteriores e posteriores a esse mandato, informações sobre as regras, práticas e estruturas existentes em matéria de comportamento ético para os membros dos seus governos que sejam relevantes para o exercício do seu papel como Presidência do Conselho.

Essa clarificação assumiria a forma de uma declaração política conjunta dos Estados-Membros reunidos no Conselho, a efetuar após a aprovação do Acordo pelo Conselho. A declaração conteria os seguintes elementos:

- *Os membros dos governos nacionais respeitam as respectivas regras nacionais em matéria de comportamento ético, nomeadamente no exercício das suas funções de membro ou de Presidência do Conselho;*
- *Os Estados-Membros acordam na possibilidade de partilhar a informação sobre as suas regras éticas nacionais através de declarações nacionais voluntárias e individuais;*
- *Os Estados-Membros podem acordar em transmitir informações sobre as normas mínimas comuns a elaborar pelo Organismo às suas autoridades nacionais competentes, para efeitos de informação.*
- *Os procedimentos internos do Conselho assegurarão a sua representação e participação significativas no Órgão de Ética.*

No entanto, esta solução não foi considerada pela maioria das outras partes nas negociações como implicando um compromisso previsível por parte dos Estados-Membros. De momento, **sete instituições e órgãos da UE deram a sua aprovação ao projeto de acordo interinstitucional** em apreço: a Comissão Europeia, o Parlamento Europeu, o Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias, o Banco Central Europeu, o Tribunal de Contas Europeu, o Comité das Regiões Europeu e o Comité Económico e Social Europeu. O Conselho Europeu tinha indicado que não seria parte no acordo e, em nome do Conselho da UE, a Presidência belga indicou que deveria consultar os Estados-Membros sobre a via a seguir, com três opções: aceitar o acordo em cima da mesa; *participar como observador, à semelhança do Tribunal de Justiça, ou adiar a participação do Conselho no organismo.*

A Conferência dos Presidentes (CoP) dos grupos políticos do PE deliberou sobre esta matéria no dia 14 de março, tendo dado o seu acordo de princípio (sem a aprovação do PPE, ECR e ID), deixando alguns dias para que o Conselho possa decidir aderir. A Comissão de Assuntos Constitucionais do PE debaterá este tema na próxima semana, pois está mandatada para apresentar um relatório para a aprovação do acordo interinstitucional na sessão plenária de abril.

4. ALARGAMENTO - BÓSNIA-HERZEGOVINA, UCRÂNIA E MOLDÁVIA

A Comissão Europeia recomendou esta semana a **abertura de negociações de adesão à UE com a Bósnia-Herzegovina** (detalhe [aqui](#)) e finalizou igualmente propostas para os **projetos de quadros de negociação com a Ucrânia e a Moldávia**, que serão apresentadas ao Conselho.

Tal como solicitado pelo Conselho Europeu, a Comissão apresentou um relatório sobre os progressos realizados pela Bósnia-Herzegovina na via da adesão à UE, que pode ser consultado [aqui](#) considerando que o país demonstrou um grande empenhamento em avançar com reformas há muito pendentes: a lei sobre a prevenção de conflitos de interesses, a lei relativa à luta contra o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo, medidas que visam introduzir melhorias a nível do sistema judicial e de ação penal e da luta contra a corrupção, a criminalidade organizada e o terrorismo, bem como assegurar uma melhor gestão da migração, tendo aprovado um mandato para negociar um acordo relativo ao estatuto Frontex. Além disso, está agora plenamente alinhada pela política externa e de segurança comum da UE, aspeto essencial num contexto marcado por uma grande turbulência geopolítica. Assim, a Comissão considera que a Bósnia-Herzegovina

atingiu o nível necessário de conformidade com os critérios de adesão e recomenda, por conseguinte, ao Conselho que dê início a negociações de adesão com este país.

Por outro lado, a **Comissão apresentou também hoje ao Conselho as suas propostas de projetos de quadros de negociação para a Ucrânia e a Moldávia**, na sequência da decisão do Conselho Europeu, de dezembro de 2023, de encetar negociações com ambos os países. Os quadros de negociação definem as orientações e os princípios que regem as negociações de adesão com cada país candidato e dividem-se em três partes: 1) princípios que regem as negociações de adesão, 2) conteúdo das negociações e 3) processo de negociação.

Compete agora ao Conselho dar início às deliberações sobre estes textos. Logo que o Conselho tenha adotado os quadros de negociação³, a Presidência rotativa do Conselho da União Europeia apresentará a posição geral da UE acordada na primeira conferência intergovernamental com cada país, que marca o início formal das negociações de adesão. Nesse momento, os quadros de negociação **serão tornados públicos**.

Sobre esta matéria, importa dar nota de que o Instituto Bruegel publicou recentemente um estudo intitulado *Ukraine's path to European Union membership and its long-term implications* (disponível [aqui](#)), onde se refere que a adesão da Ucrânia à UE “*dependerá em grande medida da forma e do momento em que a guerra com a Rússia terminar e a reconstrução pós-guerra começar, bem como da forma como a UE tratar as questões de governação, segurança, migração, comércio, investimento, transição energética, descarbonização e orçamento da UE.*” Considera-se que “*É provável que o processo de alargamento se sobreponha à reconstrução pós-guerra, aumentando a influência da UE na promoção do desenvolvimento institucional da Ucrânia. Os dirigentes ucranianos terão fortes incentivos para cumprir os critérios de adesão, que a UE deverá utilizar de forma astuta para criar uma economia e instituições públicas que funcionem melhor, nomeadamente reduzindo as oportunidades de corrupção. Para o efeito, serão necessárias normas mais claras em matéria de Estado de direito e de valores fundamentais, incluindo instrumentos eficazes para garantir o seu cumprimento contínuo após a adesão. Esta é também a forma mais eficaz de garantir um impacto positivo dos futuros alargamentos na governação da UE.*” Alerta-se para o facto de que “*A UE terá igualmente de desenvolver programas de assistência para ajudar o governo ucraniano a gerir os desafios de segurança externa e interna do pós-guerra, incluindo o grande número de armas em circulação, e incentivar os refugiados ucranianos a regressarem ao país sempre que possível, uma vez que serão necessários para o esforço de reconstrução.*”

Por outro lado, estima-se que, se as actuais regras orçamentais da UE fossem aplicadas e não houvesse disposições transitórias, “*o custo anual total da integração da Ucrânia no orçamento da UE em 0,13% do PIB da UE, o que dificilmente alteraria as posições líquidas de beneficiário/pagador dos actuais membros da UE. Parte deste financiamento regressaria à UE através de empresas da UE que participam em projectos financiados pela UE na Ucrânia. A entrada da Ucrânia na UE beneficiaria o PIB da UE através do comércio, da migração e do investimento direto estrangeiro, aumentando o emprego, a produção e as receitas fiscais na UE.*”

5. ELEIÇÕES EUROPEIAS - PROJEÇÕES E ANÁLISES

À medida que se aproximam as eleições para o PE, previstas para 6 a 9 de junho de 2024, vão surgindo análises e projeções de que importa dar nota.

O Sieps – Swedish Institute for European Policy Studies, uma agência governamental independente que efectua e promove a investigação e a análise de assuntos de política europeia, publicou um estudo intitulado *Procedures, Politics, Policies: The pieces of the puzzle for the next institutional cycle of the EU* (disponível [aqui](#)). Aqui, analisa a forma como a liderança da UE para os próximos cinco anos será escolhida e antecipa qual a direção política da UE para os próximos cinco anos.

³Documento 7600/24 (LIMITE).

Para tal, analisa a geometria dos votos e a presença das famílias políticas no PE e no Conselho.

Figure 2. Party-political composition of the European Council in July 2019 and March 2024

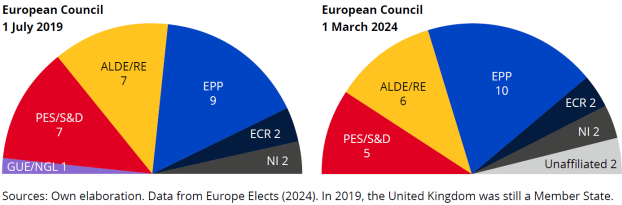


Figure 3. Possible majorities in the next European Parliament based on current projections

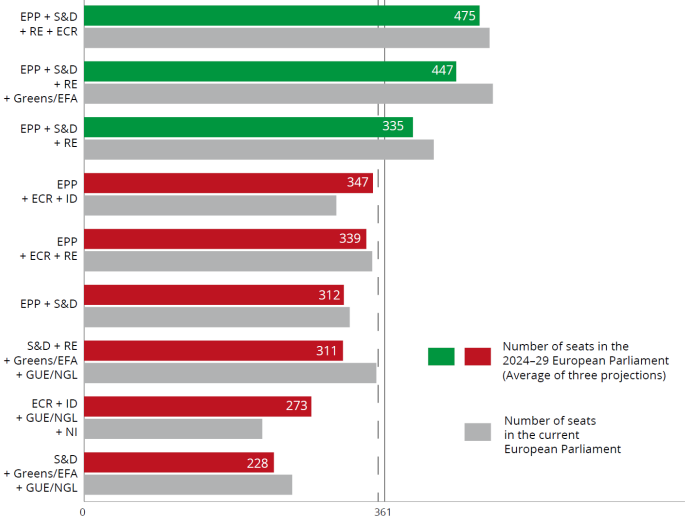
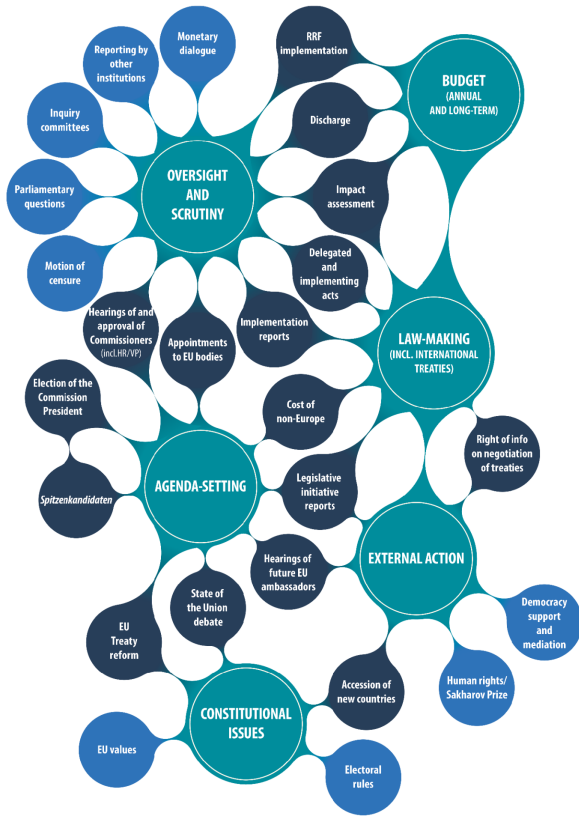


Table 1. Current projections for the composition of the next European Parliament

	Current European Parliament (9th term)		Cunningham and Hix for ECFR		POLITICO Europe		Europe Elects		Average of the three projections		+/- (in %pt.) to current EP
	February 2024		24 January 2024		27 February 2024		5 February 2024		1 March 2024		
EPP	178	25.2%	173	24.0%	174	24.2%	180	25.0%	175.67	24.4%	-0.85
S&D	141	20.0%	131	18.2%	137	19.0%	140	19.4%	136.00	18.9%	-1.11
RE	101	14.3%	86	11.9%	82	11.4%	82	11.4%	83.33	11.6%	-2.75
Greens/EFA	71	10.1%	61	8.5%	45	6.3%	51	7.1%	52.33	7.3%	-2.80
ECR	67	9.5%	85	11.8%	76	10.6%	80	11.1%	80.33	11.2%	1.65
GUE/NGL	38	5.4%	44	6.1%	33	4.6%	42	5.8%	39.67	5.5%	0.12
ID	58	8.2%	98	13.6%	85	11.8%	91	12.6%	91.33	12.7%	4.46
NI	51	7.2%	42	5.8%	44	6.1%	49	6.8%	45.00	6.3%	-0.98
New unaffiliated		0.0%		0.0%	44	6.1%	5	0.7%	16.33	2.3%	2.27
	705		720		720		720		720		

Data: European Parliament; Cunningham and Hix (2024); POLITICO Europe (2024); Europe Elects (2024); own elaboration.

Mapping the European Parliament's powers in different areas



Por seu lado, o think tank do PE publicou um estudo intitulado “**Examples of Parliament's impact: 2019 to 2024 Illustrating the powers of the European Parliament**”, disponível [aqui](#), que fornece uma visão geral dos poderes do Parlamento Europeu.

No sumário, nota-se que “*Sendo a única instituição da UE eleita por sufrágio direto, o PE está no centro da democracia representativa, a base sobre a qual a UE assenta*”. Refere-se que “*o poder e a influência do PE evoluíram significativamente ao longo dos anos, sendo atualmente um órgão legislativo de pleno direito, cuja influência se faz sentir em praticamente todas as áreas de atividade da UE.*” As competências do Parlamento dividem-se em seis domínios, muitas vezes sobrepostos: legislação, orçamento, controlo do poder executivo, relações externas e, em menor grau, assuntos constitucionais e definição da agenda. Nos últimos meses, o PE iniciou um processo de reforma, com o objetivo de lhe permitir utilizar estes vários poderes de forma mais eficaz e eficiente.

6. COMISSÃO EUROPEIA - MIGRAÇÃO E ASILO

Na perspetiva do próximo Conselho Europeu, a Comissão hoje uma comunicação na qual faz um [balanço dos resultados alcançados em matéria de migração e asilo nos últimos quatro anos](#). Destacamos:

I. Novo quadro jurídico da UE em matéria de migração e asilo: o Pacto em matéria de Migração e Asilo foi apresentado pela Comissão em 2020. Quatro anos mais tarde, o Parlamento Europeu e o Conselho alcançaram um acordo político sobre onze atos legislativos interligados, que proporcionarão o quadro necessário para assegurar uma gestão justa e eficiente da migração: fronteiras externas mais seguras; procedimentos rápidos e eficientes em matéria de asilo e de regresso, com salvaguardas individuais reforçadas; Um sistema justo e mais eficaz de solidariedade e responsabilidade: pela primeira vez, a União disporá de um mecanismo de solidariedade permanente no qual nenhum Estado-Membro ficará sozinho quando estiver sob pressão.

II. Resposta operacional específica: paralelamente à bem sucedida reforma do quadro jurídico, a Comissão, juntamente com a Frontex, Europol, e a Agência da União Europeia para o Asilo, trabalhou intensamente para ajudar os Estados-Membros a dar resposta às necessidades imediatas por meio de ações operacionais e específicas: uma abordagem de acompanhamento ao longo de toda a rota, trabalhando em conjunto com os países de origem e de trânsito; Reforço da gestão das fronteiras com o sistema de gestão das fronteiras tecnologicamente mais avançado do mundo, incluindo o Sistema Europeu de Vigilância das Fronteiras (EUROSUR) atualizado; combater as redes criminosas que se dedicam à introdução clandestina de migrantes; intensificar os regressos; responder às necessidades urgentes e às crises.

III. Colaborar com os países parceiros: a migração é uma realidade mundial e parte integrante do aprofundamento das relações que a UE mantém com parceiros de todo o mundo. A Comissão tem colaborado sistematicamente com os parceiros internacionais numa abordagem «Equipa Europa» para dar resposta às causas profundas da migração, combater a introdução clandestina de migrantes e promover vias legais.

Para mais informações consultar a [Comunicação «Garantir uma migração equilibrada com uma abordagem tão justa quanto firme»](#), bem como a [Ficha informativa](#).

7. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Eurogrupo

Realizado a 11 de março, o [Eurogrupo](#) adotou uma [declaração sobre a orientação da política orçamental para 2025](#) e, em formato inclusivo, aprovou uma [declaração sobre o futuro da União dos Mercados de Capitais](#). A declaração baseia-se nos debates políticos sobre o futuro dos mercados de capitais europeus realizados ao longo de quase um ano com ministros de todos os Estados-Membros da UE e tem por objetivo ser apresentada aos dirigentes na [Cimeira do Euro de março de 2024](#).

Conselho Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores

Os [ministros do Emprego e dos Assuntos Sociais](#) aprovaram o [acordo alcançado](#) com o Parlamento Europeu sobre a diretiva relativa ao trabalho nas plataformas digitais, que visa melhorar as condições dos trabalhadores das plataformas e regulamentar a utilização de algoritmos pelas plataformas de trabalho digitais.

Os ministros realizaram um [debate de orientação sobre a aplicação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais](#) no quadro do Semestre Europeu e da futura Agenda Social, em que salientaram o papel vital do Pilar enquanto bússola da política social da UE e chamaram a atenção para os atuais desafios, como a adaptação às transições ecológica e digital, as tendências demográficas, os riscos que afetam o equilíbrio entre a vida profissional e a vida privada, a disponibilidade de habitação a preços acessíveis e o custo de vida.

Na terça-feira, 12 de março, no Conselho dos Assuntos Económicos e Financeiros, os ministros do Emprego e dos Assuntos Sociais participaram num [debate de orientação](#) sobre "[Investimentos e reformas sociais para economias resilientes](#)".

Conselho de Assuntos Económicos e Financeiros

Os ministros (detalhe da reunião [aqui](#)) trocaram impressões sobre a situação no que respeita à aplicação do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR), tendo a Comissão apresentado a sua [avaliação intercalar do MRR](#). O Conselho tomou nota da situação atual em termos do impacto económico e financeiro da agressão da Rússia contra a Ucrânia e a Comissão deu nota dos resultados da reunião dos ministros das Finanças e dos governadores dos bancos centrais do [G20](#) realizada em 28 e 29 de fevereiro de 2024, em São Paulo, no Brasil.

8. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

A próxima semana será dedicada à atividade das [Comissões do PE](#).

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) terá lugar no dia [20 de março](#), sendo de destacar a *Comunicação sobre as reformas pré-alargamento e as revisões de políticas da UE* (adiada da passada semana); a Iniciativa da UE no domínio da biotecnologia e do fabrico de produtos biológicos; Comunicação sobre *Escassez de competências e de mão de obra na UE: um plano de ação e Reforço do quadro de qualidade dos estágios*.

Conselho da União Europeia

O [calendário](#) completo está disponível, destacando-se: 18 de março: [Conselho dos Negócios Estrangeiros](#); 19 de março: [Conselho dos Assuntos Gerais](#); 20 de março: [Conselho \(Negócios Estrangeiros\)](#); 21 e 22 de março: [Conselho Europeu](#); 22 de março de 2024: [Cimeira do Euro](#).

Cooperação interparlamentar

No âmbito da dimensão parlamentar da Presidência belga do Conselho da UE, terá lugar em Bruxelas, nos dias 17 e 18 de março, uma **Conferência Interparlamentar sobre Economia Circular**, organizada pelo Parlamento Flamengo. A Assembleia da República estará representada por uma delegação composta pelos seguintes Deputados: *Tiago Brandão Rodrigues (PS)*, Presidente da Comissão de Ambiente e Energia e chefe da delegação; *Bruno Coimbra (PSD)*, membro da Comissão de Ambiente e Energia; *Carlos Guimarães Pinto (IL)*, Vice-Presidente da Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação; *Filipe Melo (CH)*, membro da Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação. O detalhe da reunião pode ser consultado [aqui](#).

Bruxelas | 15 de março de 2024

Para mais informações: [Bruno Dias Pinheiro](#), Representante Permanente da AR junto da UE.

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).